

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 03 DE JULHO DE 2008

NÚMERO 5.910

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1211
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 12 PÁGINAS

ÍNDICE**Publicações Diversas**

Ata de Audiência Pública	2
Ata da Procuradoria.....	9
Avisos de Licitação.....	10
Extratos	10
Projeto de Lei	10
Portarias	11

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA, PARA DISCUTIR SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE
METROPOLITANO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS CUJO OBJETIVO É
PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL E A MELHORIA DA QUALIDADE DE
VIDA DO BAIRRO MONTE CRISTO E SEU ENTORNO, REALIZADA NO
DIA 26 DE MARÇO DE 2008, ÀS 19H, NO PLENARINHO DA ALESC

O SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Carla Greco) - Senhoras e
senhores, boa-noite.

"O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Romildo Titon, atendendo requerimento do senhor deputado Cesar Souza Júnior, que neste ato representa o senhor deputado Julio Garcia, presidente desta Casa, convida para participar da audiência pública em que será discutida a Criação do **Parque Metropolitano** da Grande Florianópolis, cujo objetivo é promover a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida do Bairro Monte Cristo e do seu entorno, a realizar-se no dia 26 de março de 2008, às 19h, no plenarinho da Assembléia Legislativa de Santa Catarina."

Convidamos para compor a mesa e presidir a audiência pública o senhor deputado Cesar Souza Júnior. *(Palmas.)*

Ainda, convidamos para compor a mesa as seguintes autoridades: o senhor deputado Professor Grando; o senhor Valter Gallina, secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis; a senhora Maria Darci Mota Beck, presidente da Cohab; o senhor professor Francisco Pereira, representando o senhor Dário Berger, prefeito de Florianópolis; e a senhora Melita Maria Marques, presidente da Associação do Bairro Monte Cristo.

Justificamos a ausência das seguintes autoridades: o senhor Mauro Passos, por motivo de viagem; o senhor deputado federal João Pizzolatti, que está em sessão plenária e em reuniões nas Comissões, em Brasília; o Ministério Público, que está sem representante por compromissos anteriormente marcados; e o desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, por motivo de agenda

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, presidente desta audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Boa-noite. Obrigado a todos os que estão fazendo parte da mesa, a todos que nos visitam hoje, a todos os membros da comunidade. É um prazer para o Poder Legislativo catarinense recebê-los nesta audiência pública.

Gostaria de registrar a presença das seguintes autoridades: senhor Luiz Ernesto Reis Quaresma, secretário adjunto do Continente, do município de Florianópolis; senhor Cláudio Bion, assessor técnico da Secretaria de Assistência Social de Florianópolis; senhor Osni Alves da Silva, diretor jurídico da Cohab; senhor Idelvane Gonçalves de Lima, representante da Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social da Grande Florianópolis (Asaprev); senhor Raulino de Gracia, líder comunitário do bairro Promorar; senhor Carlos Alberto Cezar, assessor parlamentar do gabinete do vereador Aloísio Piazza; senhor Marcos Pinar, diretor regional da Ufeco; senhor Dirceu Antônio da Silva, presidente da Associação dos Moradores do Santa Terezinha II; e senhor Altamiro Schmidt, diretor administrativo e financeiro da Cohab.

Antes de passar a palavra, inicialmente, ao deputado Professor Grando, eu também gostaria de deixar registrado que passou por aqui, há alguns minutos, e não puderam ficar por outros motivos, o ex-vereador Nildão e alguns membros da executiva estadual do Partido dos Trabalhadores.

Senhores e senhoras, eu gostaria de deixar claro que vamos procurar ter nesta noite uma audiência com a maior objetividade possível, para termos agilidade e não ultrapassarmos o prazo razoável de discussão deste tema tão importante. O objetivo desta audiência é discutir com os principais atores, que creio estarem aqui representados, a questão do parque metropolitano na região continental, há tantos anos em debate. É uma área que pertence à Cohab e que há muitos anos é requisitada pela comunidade como espaço de lazer, área comunitária, em uma região que sabemos ser tão carente de áreas públicas, de prédios públicos, de iniciativas do Estado.

Inicialmente, eu passo a palavra ao deputado Professor Grando. Na sequência, ele terá outros compromissos, mas não deixou de passar aqui. Também como ex-prefeito da nossa cidade, o deputado dará a sua mensagem e fará a sua colocação sobre este tema.

Com a palavra o senhor deputado Professor Grando, ex-prefeito da nossa cidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL PROFESSOR GRANDO (SC) - Primeiramente, parabeno a comunidade pela sua organização.

É uma luta antiga. Eu me lembro da época do Chico Mendes, da Vila Esperança, da Santa Terezinha, quando começamos a fazer o orçamento participativo, os mutirões de forma conjunta, a creche, o saneamento.

Mas a luta continua e avança. Portanto, hoje, já se reivindica isto, o que é justo, é correto, e tenho certeza que sairemos daqui todos de parabéns e com vitória.

Ouviremos as pessoas responsáveis. Lembro que trabalhamos desde há época em que fui prefeito, depois na Fatma, juntamente com o Mauro Passos e com o governador. Foram vários atores até este passo final, com o nosso companheiro Cesar Souza Júnior neste trabalho de finalização.

Neste momento, peço licença, porque tenho um grande compromisso e não posso faltar. Gostaria de estar aqui (não é ao lado, porque eu diria, tranquilamente), mas são compromissos partidários e não posso faltar.

Deixo aqui o nosso assessor, o companheiro Homero, e o nosso simpaticante na luta partidária, o Badeko, para que nos representem e levem esta reunião com muita objetividade.

Agradeço pela oportunidade da palavra e peço a compreensão de todos, porque realmente preciso sair.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Registro a presença do senhor João Vicente Scarpin, chefe do Departamento Administrativo e Financeiro da Aneel, representando o senhor Jerson Kelman, diretor-geral da Aneel; e o senhor Marcelo Prestes Soares, gerente de energia da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina (Agesc), os quais convido para comporem a mesa. (Palmas.)

Meus amigos, antes de efetivamente iniciarmos os trabalhos e ouvirmos todos os que fazem parte da mesa e, na seqüência, também a comunidade, eu gostaria de explicar o que nos motivou a propositura desse projeto de lei e a realização desta audiência pública.

Este é um tema que já foi debatido por muitos anos - a comunidade sabe disso. Vários outros líderes comunitários, parlamentares, agentes públicos e várias correntes partidárias também já participaram dessa construção e desse debate.

Neste momento, o que nos motivou propor esta ação foi a comunidade procurar também o nosso gabinete, preocupada com a não-realização deste sonho que há tantos anos é debatido na comunidade do Monte Cristo e da região. O parque não servirá apenas para a região do Monte Cristo, Jardim Panorama, Continente e grande parte do município de São José.

Então, propondo esta audiência pública, este projeto, na seqüência conversamos também com o secretário regional Valter Gallina e soubemos que já havia algumas tratativas do governo do Estado, através da Secretária Regional, com a comunidade, intermediando a questão com a Cohab, que é a proprietária da área. Apesar de já haver esse entendimento do ponto de vista administrativo, julgo que não há espaço mais apropriado do que este para debatermos algo tão importante.

Então, início dando a palavra à senhora Melita Maria Marques, presidente da Associação de Moradores do Bairro Monte Cristo, representante da comunidade e lutadora de tantos anos por esse parque.

A SRA. MELITA MARIA MARQUES - Boa-noite. Quero cumprimentar os amigos, todos os senhores, todas as senhoras e as pessoas das comunidades.

Todo mundo aqui já sabe o quanto a gente lutou por aquele espaço para o nosso parque metropolitano. De uns dois meses para cá, concordamos com uma parte construída, porque até então a gente não tinha praticamente nada, pois era da Cohab, e a Cohab estava com esse terreno empenhado. Depois, o secretário e a secretária podem falar melhor do que eu. De um mês para cá, a gente concordou com uma parte construída. Então, o que vai sair, com o nosso acordo, das lideranças da região do Monte Cristo, são oito mil metros construídos. Esse é o nosso acordo, com a palavra do senhor secretário, do senhor governador. Parece que já está concordado, e é isso que vai acontecer.

Gostaria que o secretário falasse, porque ele pode colocar melhor do que eu.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - É um prazer ter a senhora aqui presente. Esta Casa é a casa do povo. A senhora fique tranquila, e, se quiser voltar a falar, poderá fazer uso da palavra novamente.

Agora, quero ouvir o secretário Valter Gallina, que eu sei que fez um esforço grande para estar aqui esta noite e que também vai nos colocar a quantas andam essas tratativas, a fim de que possamos ter o entendimento melhor da situação, até para darmos prosseguimento à discussão, aos debates.

Concedo a palavra ao senhor Valter José Gallina, secretário do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

O SR. SECRETÁRIO REGIONAL VALTER JOSÉ GALLINA (Grande Florianópolis/SC) - Obrigado, deputado. Boa-noite a todos. Quero cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior; a presidente da Cohab, senhora Maria Darci; a dona Melita, presidente da Carmocris, que representa as nove associações do Monte Cristo; as demais autoridades da mesa; as senhoras e os senhores.

Inicialmente, parabeno o deputado Cesar Souza Júnior por também ser sensível aos apelos da comunidade. Eu acho que ele está fazendo jus, acho que é por aí o caminho: os deputados defendendo o seu município, o local que representam, a região que representam. E por isso mesmo ele propôs esta audiência pública. Ainda, saúdo a comunidade do Monte Cristo pelo engajamento, pela unidade, pela união em cima dessas tratativas.

Na realidade, eu acho que nós fizemos umas seis, sete ou oito reuniões, e estou vendo praticamente todos aqui, iniciando as tratativas para a negociação desta área em prol da comunidade. Obviamente, sempre conversando com a Maria Darci, presidente da Cohab, pois o terreno pertence a Cohab, e também com o governador Luiz Henrique da Silveira, que sempre se mostrou extremamente sensível. Desde a primeira reunião, deputado Cesar Souza Júnior, da qual foram levadas as informações ao governador, ele se mostrou sensível ao apelo da comunidade. Comunidade essa que estavam todos lá. São os presidentes das associações e outras lideranças que se doam pelos seus colegas moradores do Monte Cristo. Por isso, esta situação é louável.

Coube a nós, como secretário regional, intermediar, como é o normal. As Secretarias Regionais foram criadas para levar o poder mais próximo do povo, para dar uma abertura maior para que a população possa ter condições de buscar as informações, as soluções e as reivindicações da comunidade.

Em meados de 2007, creio eu - não é isso, dona Melita? -, discutindo, conversando, inclusive fizemos reuniões com o governador, com a dona Maria Darci, com o secretário da Articulação Estadual, Ivo Carminati, chegamos a uma sugestão que foi repassada, deputado Cesar Souza Júnior, a todos os presidentes de associações que a dona Melita coordena (é a sua presidente), em cima da liberação, através da Cohab, num ato tripartite, que a Maria Darci vai comentar com mais exatidão para vocês. Porque é necessário participar a Prefeitura, pois a Cohab é uma empresa de economia mista, e a Prefeitura entra no circuito - aí entra a parte tripartite. E a Secretaria Regional vai, após isso, conveniar com a Prefeitura a concretização do projeto desse complexo esportivo e de lazer dentro da comunidade, que provavelmente será executado em duas etapas. Eu já estive comentando superficialmente com o deputado Cesar Souza Júnior, mas a comunidade sabe com detalhes.

Na última reunião que nós fizemos (eu creio que aproximadamente há uma semana), com a presença do secretário de Habitação da Prefeitura, o Átila, juntamente com o arquiteto da comunidade, o Lino Peres, ficou acertado que ambos discutirão - e estão trabalhando com a comunidade - para que seja feito um projeto, caro deputado Cesar Souza Júnior. E eles estão trabalhando em cima disto: um projeto, em cima desses oito mil metros quadrados de área, que possa beneficiar a comunidade. Por isso, tem que ser feito de maneira acordada com ela. E desta maneira que a gente imagina: ambos ouvirem (até o Lino.) a comunidade. Por isso, o arquiteto Lino, que tem contato direto com a comunidade, vai ajudar a elaborar esse projeto, ou via Lino ou via Prefeitura, através do secretário Átila.

Então, hoje estão elaborando. Eu creio que foi essa a última orientação dada. Acho que os presidentes aqui presentes estão cientes desta informação: eles estão elaborando o projeto, em cima dos oito mil metros quadrados, para depois nós conveniarmos e executarmos em duas etapas esse projeto.

Deputado Cesar Souza Júnior, eu não sei se tem muitas perguntas para mim, até porque conversamos diretamente sempre com vocês e temos conversado seguidamente, inclusive com o deputado Cesar Souza. Mas acho que depois a Maria Darci vai falar a parte do prazo, a parte jurídica, que ela está analisando. Sei que talvez seja esse o grande pleito, e a presidente da Cohab vai ter condições de passar isso para vocês.

O que quero passar para vocês é reafirmar o compromisso do governo do Estado, reafirmar o compromisso do governador Luiz Henrique da Silveira, de concretizarmos as ações para beneficiar a comunidade, deputado Cesar Souza Júnior. Estou aqui representando o governo do Estado, representando o governador Luiz Henrique, e reafirmando que será executado conforme os projetos que nós superficialmente definimos. A partir daí, depois disso, trabalharemos a execução do projeto propriamente dito.

Acho que está muito bem colocado, é por aí o caminho. Quero parabenizar todos os moradores; vocês foram vencedores, porque se uniram, mostrando que a unidade é o mais importante de uma comunidade. Quero parabenizar as nove associações. E mais uma vez, cumprimento o deputado Cesar Souza Júnior pela iniciativa. Com certeza, mais ainda nos ajuda a trabalhar com mais rapidez, com mais afinco, para que essa comunidade seja beneficiada o quanto antes. Parabéns a vocês.

Eu gostaria muito de ficar aqui. Até falei com o deputado que poderia mandar um representante, mas fiz questão de vir aqui para cumprimentá-los e para reafirmar o compromisso, agora de público, do governo do Estado e o compromisso do governador Luiz Henrique para a execução do projeto, conforme estabelecemos.

Muito obrigado e boa-noite. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Gostaria de registrar a presença do senhor Janir da Silva, presidente do Bloco Grêmio Recreativo e Samba Filhos da Lua.

Com a palavra a senhora Maria Darci Mota Beck, presidente da Cohab.

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Boa-noite a todos. Gostaria de iniciar as minhas rápidas palavras cumprimentando o nosso deputado Cesar Souza Júnior, esse jovem parlamentar, guerreiro e interessado pelos problemas da comunidade, que tem feito um bonito serviço defendendo os interesses da população e de governo na conquista de áreas públicas, de parques, para a população. Saúdo a dona Melita Marques, presidente do Carmocris, que representa as associações do Panorama, do Promorar e do Chico Mendes.

Todas essas áreas foram adquiridas e edificadas pela Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina. Então, mais do que ninguém, a Cohab tem interesse de resolver o problema para vocês, porque vocês são parceiros e são mutuários da Cohab. A Cohab esteve sempre vinculada diretamente à vida de vocês.

Também, quero cumprimentar os demais participantes da mesa e todos os senhores e todas as senhoras presentes.

Gostaria de dizer que hoje é um dia especial. Quando assumimos a Cohab, logo no primeiro ano recebemos a visita das associações de moradores trazendo essa reivindicação, e no momento seguinte fomos à reunião com o governador. Prontamente, o governador se interessou pelo assunto e assumiu compromisso.

Passaram anos, infelizmente, a pessoa que ficou encarregada de fazer uma emenda orçamentária não conseguiu - não sei por que motivo. E o parque não aconteceu! Nesse meio tempo, a Cohab, uma companhia de habitação, uma empresa de economia mista, não pôde fazer doação direta. Sempre que eu conversei com todos os moradores, disse que encontraríamos uma forma de negociação.

Felizmente, hoje, podemos dizer que a forma foi encontrada e que temos a solução para atender a comunidade, como já disse o Gallina, que representa o governador administrativamente nessa região. Ele participou também das negociações, mas tivemos inúmeras reuniões com os moradores, com a dona Carmita, com o Cláudio, com o Chico, com o Jair e com todos que estavam presentes. Tivemos momentos quentes e outros momentos com melhor entendimento, e por fim uma solução definitiva. Negociada! Entra aqui, sai ali, sai mais para cá, mais para lá, e hoje nós temos a definição exata da área do parque: são oito mil metros quadrados, no coração do Continente, que serão destinados à construção do parque, de acordo com a reivindicação de todos os moradores. Será feita área de esporte, área de lazer e área de capacitação, conforme a reivindicação.

O governo do Estado vai continuar, porque a Cohab entra até aqui, negocia e repassa os recursos. E na semana passada, na Cohab, nós tivemos a presença do prefeito, porque ele tinha também o compromisso de participar do parque. Ele foi até a Cohab para conhecer e ver como estava a situação, ficou interessado, e aí nós negociamos.

A nossa dificuldade é que não podemos fazer doação, porque somos empresa - a Lei da Responsabilidade Fiscal não nos permite. Então, chegamos a um acordo! Agora está somente na fase da discussão jurídica sobre repassar essa área. Mas pela área, gente, vocês já estão de parabéns! A área é de vocês e ninguém mais tira.

O que acontece? O projeto vai ser feito de acordo com a escolha de vocês. A Universidade vai fazer [o projeto], vocês é que vão debater, e nós vamos participar e apoiá-los sempre.

O que ocorre? Nós estamos com os nossos topógrafos viajando pelo interior do Estado, porque estamos trabalhando o Estado todo, deputado; nós estamos fazendo casas por toda Santa Catarina. Na área rural, nós já fizemos mais de quatro mil casas, o que nunca tinha sido feito antes, evitando que jovens casais deixem o campo e venham para a cidade constituir, depois, as favelas. Estamos trabalhando muito e duramente para resolver o problema da habitação em Santa Catarina. Então, eles estão em viagem esta semana toda (na semana passada, já estavam no interior do Estado) fazendo os levantamentos topográficos para montarmos os nossos projetos.

No dia 31, já está marcado: a comunidade vai ser convidada a acompanhar o serviço dos nossos topógrafos na demarcação da área. Nós já passamos o mapa à Universidade, eletronicamente, para começar a fazer os estudos do projeto. Logo em seguida, a Prefeitura já se comprometeu: vai fazer a limpeza da área, vai passar a máquina. E nós vamos colocar lá um toldo bem grande e vamos ao local (você já está convidado, deputado) para assinar o termo de transferência, o compromisso de transferência da área para a Prefeitura e para a comunidade.

O doutor Osni, que é o nosso diretor jurídico, já está em entendimento com o procurador da Prefeitura, o doutor Jaime, para fazer essas tratativas, porque tem que ser legalizado. Senão, daqui a pouco, a Cohab pega de volta! Alguém vai lá em cima e bloqueia o terreno, como nós estávamos com um terreno em ação trabalhista. O nosso terreno ainda é objeto de hipoteca. Ele está, ele está... hipotecado? Penhorado! Ele está penhorado a duas ações.

Mas o que acontece? Para ganharmos tempo e encontrarmos uma solução, nós negociamos com os juizes. O governador pagou uma parte da despesa, nós negociamos, e eles estão aguardando: nós transferimos essa área e, depois, a parte dos credores vai ser resolvida com o restante do terreno. Com isso, resolve-se o problema da Cohab, o problema do governo do Estado, que queria ver isso resolvido, e o problema mais importante que é ver atendida a reivindicação de vocês, objeto desta importante audiência pública.

Então, dona Melita, os nossos cumprimentos pela luta vitoriosa de vocês. Continuem lutando, porque é através das lutas que nós temos as conquistas, principalmente as sociais.

E nós vamos estar lá...

Boa-noite, prazer vê-lo (*dirige-se ao vereador Ptolomeu Bittencourt*) aqui, nosso presidente da Câmara Municipal.

Quero dizer que nós temos esse compromisso. Por parte da Cohab, do governo do Estado, eu acho que o assunto parque está resolvido. Agora é só questão de fazer a transferência da área. O doutor Osni já está providenciando, com o nosso acompanhamento, e o nosso diretor financeiro Altamiro Schmidt, que também está aqui presente, porque a parte de finanças também passa por ele. Nós estamos fazendo os acertos finais.

Mas, independentemente disso, já nos próximos dias vocês receberão o pessoal que demarcará e saberão exatamente onde ficará a área. Também, nós devemos marcar, na próxima semana, uma data na agenda do governador, do prefeito, dos nossos deputados e da comunidade (a comunidade está sempre presente e participa de tudo) para lá fazermos esse lançamento e assinarmos o termo de transferência.

Então, gostaria de cumprimentar todos; acho que foi uma vitória de todos. E continuem na luta para ajudar essas populações e essas associações, pois é um trabalho digno, justo e que deve ter toda a nossa atenção e todo o nosso carinho. Portanto, estamos todos de parabéns. Parabéns a vocês por essa conquista.

Eu quero pedir desculpas porque não vou poder continuar aqui, já que tenho outro evento. Hoje, à noite, está sendo lançado o Salão do Imóvel, e a Cohab é a representante; é a Companhia de Habitação do Estado e tem que estar lá presente. Mas o doutor Osni vai ficar aqui me representando.

A associação me pediu uma reunião amanhã, à tarde, para já ver esses aspectos jurídicos, e nós marcamos às 15h. Então, amanhã já se verá a data do acompanhamento, e não temos maiores problemas.

Então, gostaria de dizer a vocês que, infelizmente, vou ter de me ausentar agora, mas por parte da Cohab está tudo resolvido.

Muito obrigado e boa-noite. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Registro a presença do vereador Ptolomeu Bittencourt Junior, presidente da Câmara Municipal da Capital, a quem convido para fazer parte da mesa.

Eu gostaria, apenas, de deixar claro aos participantes, às lideranças comunitárias, que a Assembléia Legislativa e este deputado não participam ativamente destas últimas considerações entre Prefeitura e Cohab, que culminaram com essas definições. Inclusive, o objetivo desta audiência é ouvir a comunidade, a Câmara de Vereadores de Florianópolis e, novamente, a Prefeitura (temos alguns representantes aqui) a respeito de se essa solução encaminhada realmente atende os interesses da comunidade. Esse é o objetivo da presente audiência.

Aproveitando que a presidente da Cohab está aqui e que nos explicou esse caminho encontrado entre o governo, a Prefeitura e as entidades, eu gostaria de saber a área remanescente. Presidente, qual a destinação que será dada pela Cohab à área remanescente, já que são 21.236 metros quadrados e a reserva para o parque fica em oito mil metros quadrados, é isso? E a área remanescente? Quais são os planos da Cohab para aquela outra área?

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Boa-noite, professor Lino. Seja bem-vindo. Já fizemos, aqui, referência ao importante trabalho de apoio que vocês fazem na Universidade.

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Convido o professor Lino, que há muitos anos está acompanhando todo esse processo, para fazer parte da mesa. (*Palmas.*)

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Deputado, eu gostaria de responder. Aquele terreno da Cohab foi dado em penhora a duas ações: para uma ação civil e para uma ação do INSS. Na ação civil, o juiz chegou a nomear o leiloeiro para fazer o leilão. Nós entrevistamos imediatamente, porque ia a leilão e pronto. A iniciativa privada não queria nem saber de problema do parque! Então nós fizemos acordo e chamamos os representantes para explicar essa situação. Nós conseguimos: o governador deu uma parte dos recursos, nós negociamos, e ficou suspensa. A segunda, nós também conversamos com o juiz federal e fizemos acordo, porque a comunidade não podia ficar prejudicada, e nós tínhamos esse compromisso. Além disso, quando nós solicitamos o apoio do governador, ele deu imediatamente.

Para não executar, porque ele iria executar aquele e ainda a sede da Cohab, eu, como gestora da empresa, principal responsável, tinha que agir imediatamente. Então achamos que essa solução resolve, ainda que não no total. Mas no total, também, ele ficou - o terreno - cinco anos lá e não teve condições, até porque a área era grande demais! O deputado conseguiu uma emenda de um milhão, e um milhão dá para fazer só a terraplenagem. Portanto, a área era grande demais.

Agora, a área menor vai ser edificada, vai receber todas as benfeitorias, e a comunidade usufruirá disso, proximamente. Então, é isto: o restante da área praticamente não é mais da Cohab, hoje; são desses credores.

Gente, nós recebemos a Cohab (e isso não é falha da nossa administração) com 40 milhões de dívida. Já pagamos 25 milhões, e o resto está todo parcelado, ajeitado. Mas nós temos que vender esse bem ou como é que vai ser feito para não deixarmos ir para a execução? Se for para a execução, o leilão sai muito baixo e aí não se paga; vai ser executado o prédio da Cohab e outros bens, mas a Cohab não tem mais, porque nós só compramos terreno para fazer casa, terreno para fazer prédio. Eu tenho outro terreno lá na Avenida das Torres, mas já faz parte de um projeto que nós vamos lançar logo, inclusive as máquinas já estão trabalhando. É isso o que nós fazemos, trabalhamos para resolver o problema de moradia.

(*O deputado Renato Hinnig entra no plenarinho.*)

Boa-noite, deputado Renato, é um prazer vê-lo aqui.

Então, gente, é essa a situação. Eu lamento não termos conversado antes para esclarecer, mas eu espero que agora tenha ficado claro que essa solução foi a melhor que encontramos para todos os lados. Cada um ganhou: todo mundo perdeu e cada um ganhou.

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Convido para fazer parte da mesa o deputado Renato Hinnig. Muito obrigado, deputado, pela sua presença. (*Palmas.*)

O vereador Ptolomeu Bittencourt, presidente da Assembléia, estava presidindo... Presidente da Câmara Municipal por enquanto, e quem sabe um dia da Assembléia, estava presidindo uma sessão lá na Câmara de Vereadores e se ausentou da sessão para se fazer presente aqui.

Então, em respeito a essa ausência da Câmara, já que ele terá que retornar à sessão, neste momento eu passo a palavra ao vereador Ptolomeu Bittencourt Junior, presidente da Câmara Municipal de Florianópolis.

O SR. VEREADOR PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR (Florianópolis/SC) - Boa-noite a todos os senhores e a todas as senhoras. Inicialmente eu registro a minha enorme satisfação em estar aqui, já me escusando pelas justificativas feitas pelo deputado Cesar. Saúdo também o deputado Renato Hinnig, o professor Lino, toda a mesa e, em especial, a nossa presidente da Cohab.

O meu desejo em estar aqui foi muito firme para poder cumprimentar e prestigiar o deputado Cesar. Esta é uma ação significativa e importante que merece o meu reconhecimento público (e estou vendo aqui também o vereador Toninho Bulcão), mas o reconhecimento público do vereador Ptolomeu e não da instituição. Está aqui o vereador reconhecendo publicamente o trabalho louvável do deputado Cesar, que merece, por certo, todos os nossos registros elogiosos em decorrência do seu apego pela cidade e pelas coisas importantes para Florianópolis.

Eu me permito dizer aos presentes que nos anos de 2001 e 2002 - o Toninho lembra disso - eu estive em Brasília na condição de secretário Nacional de Esporte. Naquela oportunidade, eu tinha um mês em Brasília, fui convocado pelo general Cardoso, que era o chefe da Segurança Nacional do País, para ir a uma reunião da Segurança Nacional. E nessa reunião eu tive a noção exata do quanto o esporte e o lazer são aliados de uma vida digna para as pessoas. Quando eu retornei a Florianópolis, depois de ter cumprido o meu período como secretário, eu caminhei com muita vontade, deputado Cesar, no desejo de identificar áreas na cidade de Florianópolis que possibilitassem alterar o plano diretor de forma mais restritiva. E assim foi feito em várias situações da cidade; em vários bairros da cidade esses procedimentos foram feitos, e um deles é exatamente nessa área de quase 22 mil metros quadrados.

É importante que se registre isso, porque já é uma lei municipal que alterou o plano diretor de Florianópolis, do distrito-sede, em decorrência de um projeto de minha autoria. Ou seja, naquela área edificável, onde poderiam haver diversos prédios de doze pavimentos, hoje já não é mais possível isso acontecer pelo plano diretor de Florianópolis.

Eu propus, na oportunidade, a transformação de uma área residencial predominante para uma área verde de lazer. No entanto, eu estive lá no Monte Cristo com diversas entidades, que estiveram também participando de uma audiência pública como esta lá na Câmara, e a comunidade pediu que não fosse uma área verde de lazer, mas, sim, uma área comunitária institucional. E isso está na Lei Complementar 202, de 8 de dezembro de 2005. É lei! Uma lei municipal que assegura aquela área com essas características; ela não é mais uma área edificável à luz do plano diretor de Florianópolis.

Portanto, eu me sinto extremamente confortável para poder tratar desse assunto com o proponente, o deputado Cesar Souza Júnior, buscando contribuir.

Eu ouvi as palavras da presidente da Cohab - não consegui ouvir tudo, porque cheguei um pouco tarde - e tenho algumas ponderações a fazer. A cidade se recente de áreas públicas e se eu fosse prefeito, espero que o deputado Cesar ainda seja, eu faria uma praça na cidade por mês, no mínimo, com equipamentos de esporte e de lazer para as pessoas. Nós precisamos disso. Aqui tem uma maquete, mas essa fotografia dá uma noção exata do que é essa área e do quanto está adensado ao lado, de quantas famílias moram lá sem nenhuma perspectiva de vida, quantas pessoas! Para eu poder entrar nessa área para uma reunião, entrei protegido, porque não era possível entrar lá, parece que tem que se ter senha para entrar lá.

Eu duvido, se a gente perguntar a cada criança, a cada adolescente se eles gostariam de estar com uma arma na cintura ou gostariam de estar numa área pública se divertindo, fazendo esporte, fazendo lazer, fazendo cultura... Eu duvido! É que elas não têm oportunidade. Eu acho que o governo não tem esse direito, mesmo que tenha a penhora, porque o governo do Estado tem patrimônio para poder repor essa penhora. Nós nos ressentimos... O governo está sediado aqui na Capital, nós recebemos o governo, talvez alteremos a questão do plano diretor para permitir futuramente o edifício-sede administrativo do governo, ou seja, o governo não pode mais adensar a nossa cidade. Não adianta construir mais casas e mais casas para mais pessoas virem para cá. Não é isso o que eu desejo para Florianópolis! Eu, pessoalmente, não vou abrir mão desses 22 mil metros quadrados de área, porque é uma área importante para a cidade e nós não podemos perdê-la a preço nenhum! (Palmas.)

Eu creio inaceitável, e de minha parte vocês têm total apoio, total solidariedade, assim como o deputado Cesar tem como proponente, até porque a ação dele é muito significativa. Eu fiz a lei, a lei vai para o papel e o papel aceita tudo, mas precisa executar alguma coisa. E eu vou provar isso, porque assim que a lei foi aprovada eu fiz um documento endereçado ao prefeito Dário Berger, datado de 8 de março de 2006, dizendo exatamente isso: a Câmara aprovou e sancionou a lei, e segue um histórico. E pedi a ele que, em parceria com o governo do Estado, fornecesse para a área mencionada a infra-estrutura para a montagem de parques, quadra de esportes, áreas de recreação, espaços culturais, entre outros. Isso foi documentado.

Eu gostaria que V.Exa. me perguntasse se algum dia eu recebi resposta desse documento. Eu nunca recebi. Eu nunca recebi resposta a esse documento, o que é lamentável, porque foi protocolado em março de 2006, mês em que se comemora o aniversário da cidade de Florianópolis, que poderia ter ganho isso de presente. Mas houve apenas o silêncio da Prefeitura em não ter respondido a esse expediente tão importante, que exatamente solicitava para essa área, em parceria com o governo do Estado, a montagem desses equipamentos que eu relatei a todos vocês.

Portanto, eu me despeço de vocês pedindo desculpas mais uma vez por me retirar agora, mas a sessão da Câmara está quente e precisa de mim lá na presidência, mesmo porque temos ainda mais duas sessões. Mas vim aqui, como falei, para homenagear o deputado Cesar, cumprimentá-lo e reconhecer publicamente o valor da sua iniciativa. E peço a vocês que não desistam. Eu acho que isso é possível, pois o governo tem um grande patrimônio em outros tantos lugares que pode fazer essa compensação de penhora, permitindo que tenhamos 22 mil metros quadrados de área verde de lazer para essa população que precisa e que está sempre abandonada.

Governar é prioridade, é governar para as pessoas. E eu espero que o governo governe para as pessoas e tenha esse gesto de grandeza, permitindo que seja de uso público essa área tão desejada pela população.

Meu abraço a todos e minhas escusas pela saída antecipada.

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Agradeço imensamente ao presidente Ptolomeu Junior, que deixou a sessão da Câmara para vir aqui, valorizando esta nossa audiência.

Antes de passar a palavra ao arquiteto doutor Lino e à comunidade, gostaria de ouvir o deputado Renato Hinnig e um dos representantes da prefeitura de Florianópolis, que se fazem presentes, para sabermos qual a posição da prefeitura.

Então, passamos a palavra ao deputado Renato Hinnig, que teve a gentileza de aguardar o presidente Ptolomeu se pronunciar. Tendo em vista que deveria retornar à Câmara.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RENATO HINNIG (SC) - O meu boa-noite a todos e a todas. Quero cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior pela iniciativa, cumprimentar os demais integrantes da mesa e os muitos amigos residentes no bairro Monte Cristo.

Quero dizer que o deputado Cesar Souza tem, efetivamente, se empenhado na solução deste problema, como de tantos outros aqui da Capital. Tem sido uma revelação nesta Casa. Nós, que somos deputados de primeira legislatura, temos por vezes dialogado e buscado de alguma forma contribuir com as questões importantes, bem como com as soluções necessárias e possíveis para melhorar a qualidade de vida das pessoas que moram na Grande Florianópolis.

Também sou representante desta região, mais especificamente de Palhoça, mas tive uma votação expressiva no bairro Monte Cristo - e aproveito para agradecer o apoio e a confiança que em mim depositaram por ocasião da eleição. E estou empenhado, junto com o deputado Cesar Souza, em buscar uma solução para este problema.

Quero aqui enaltecer o trabalho do Badeko, um líder da comunidade que me procurou diversas vezes para tratar desse assunto. Às vezes, a solução que a gente busca, e que seria a ideal, não é a possível. Eu não acompanhei a conversa da presidente da Cohab, Maria Darci, mas me informei antes de vir para a audiência de como estava a situação. Fiz contato com o secretário Gallina e com a dona Maria Darci e fui informado que houve, do dia em que o deputado Cesar Souza solicitou esta audiência pública até a data de hoje, tratativas no sentido de encontrar uma solução que fosse boa para a comunidade e que atendesse também os anseios da Companhia de Habitação.

Sempre que a comunidade busca reivindicar alguma coisa, é natural, é legítimo que aspire buscar tudo e ganhar tudo. Mas a gente não pode perder um pouquinho o olhar pragmático sobre as coisas. Eu não quero aqui desestimular, é preciso que se continue insistindo na busca do todo, mas a gente tem que saber até onde se pode tensionar a corda. Temos que ter, às vezes, um olhar prático. E se as negociações que estão sendo encaminhadas atendem à comunidade, por que não fechar o acordo? Se não atendem, então vamos rediscutir o assunto, acho que tem espaço também para isso, mas é certo que se as negociações continuarem haverá uma demora maior para a solução do problema.

São essas as colocações que queria fazer, deixando claro que acompanho os anseios da comunidade. Tenham em mim uma pessoa que vai buscar encontrar a melhor solução para este problema.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Para que a gente pontue bem a reunião, eu gostaria de dizer que está tramitando nesta Casa um projeto de minha autoria criando o parque metropolitano na área integral. Essa proposta aconteceu porque a comunidade me procurou preocupada. O Badeko esteve no meu gabinete com outras pessoas da comunidade, entramos em contato com vários líderes, que demonstraram preocupação com placas de "vende-se" existentes, achando que a coisa não iria acontecer e que a área seria perdida. Desconhecia essas tratativas do governo do Estado e da Cohab, inclusive da prefeitura.

O que eu quero hoje extrair desta reunião, que é muito importante, é o seguinte: ou seguimos com esse projeto aqui dentro da Assembléia, da maneira como está hoje, reservando 100% da área, ou fazemos uma emenda e acatamos a decisão de ficar com os 8 mil metros. O que eu não quero é tomar uma decisão solitária, não quero ser o empecilho para um acordo! Tenho, ideologicamente, a ideia de que 100% da área deveriam ficar com a comunidade, porque é uma região adensada... O vereador Ptolomeu, em sua manifestação, colocou claramente que há uma dificuldade na legislação com relação à Câmara de Vereadores, porque qualquer outra coisa que se vá fazer lá, além do parque, qualquer bem público, como um prédio, uma loja ou mais um supermercado, terão que alterar o zoneamento na Câmara de Vereadores, porque hoje a lei não permite. Mas eu não quero ser o empecilho para um acordo.

Então eu quero extrair hoje, professor Lino, essa definição: ou vamos avante com o projeto, e a Assembléia Legislativa tem poder para barrar essa cessão da área, através desse projeto, ou acatamos o acordo. Não quero tomar uma decisão solitária, que digam que o deputado Cesar Souza Júnior está querendo ser intransigente, está querendo continuar com o projeto e impedir o acordo. Não! Não quero aqui ser o empecilho, mas quero ouvir a comunidade para tomar a decisão em um ou em outro sentido. Por isso, peço que todos permaneçam aqui até o fim para chegarmos a uma conclusão, a fim de que não seja mais uma audiência pública de muita conversa e pouco resultado.

Agora, passo a palavra ao professor Lino Peres, professor de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, que há muito tempo acompanha essa situação tão importante e tão séria para todo o Continente da nossa cidade de Florianópolis.

O SR. LINO PERES - Boa-noite a todos. Quero cumprimentar o deputado Cesar Souza Júnior pela iniciativa; cumprimentar o deputado Renato; as lideranças; as autoridades e toda a comunidade presente.

Não vou me alongar muito, mas acho importante destacar... Eu queria fazer um reparo na fala da presidente da Cohab (peguei a parte final), quando disse que aquela área é muito grande para a comunidade.

Se colocarmos por baixo que são 25 mil habitantes, porque acho que tem mais... Estão me dizendo que são 30 mil, muito bem! Então, para se ter uma idéia do cálculo técnico correto, seriam 30 quadras de 100 por 100 metros. Temos lá 21, mas considerando que tem mais aquela parte da Chico Mendes, que tem umas quadras esportivas, que, aliás, foram colocadas em cima de um campo de futebol, outro problema complicado, vamos supor que chegam a 30 quadras, certo! Então, estamos com 10%, só na comunidade, do que consideramos em termos técnicos razoável para vocês terem uma área de lazer adequada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Área integral.

O SR. LINO PERES - É. Essa área que se está pedindo agora, de 21 mil metros...

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Ela é apenas 10% do necessário.

O SR. LINO PERES - Mais aquela da quadra que tem lá dentro do Monte Cristo, que somando vai dar uns 30 mil, que somam 300 mil, ou seja, nós precisaríamos de 10% e aquela ali é 7% da necessidade que a população precisa. E não estou considerando as comunidades do entorno que vão utilizar, o pessoal que está do outro lado da BR e que vai utilizar aquela área. Então, estamos muito aquém...

Às vezes as pessoas colocam como se fosse uma grande área, e assim de modo geral na cidade de Florianópolis, como se fosse uma concessão: "Mas o que é isso, é muita área para esse pessoal aí." Bom, então eu estou dizendo que não é! Se formos considerar o Estreito, por exemplo, temos 0,5 metros quadrados por habitante, quando deveria ser 10 metros quadrados por habitante, no mínimo. Curitiba, na área central, tem 40 metros quadrados por habitante, e lá tem parque por todos os lados e equipados, porque não adianta ter área e...

Em Florianópolis, mais da metade de área corrida é de preservação, e um parte disso poderia ser parque, mas se não tem equipamento, não tem acesso, não tem trilhas, não adianta. A única área que tem 12 metros quadrados por habitante em Florianópolis é o aterro. Mas o que adianta ter 12 metros quadrados se aquilo ali você sabe o que é (r), fragmento, ali tem de tudo, não é, acabaram com o parque do Bule Marx.

Então eu queria colocar que nós estamos muito aquém. Nós temos estrada, nós temos (ininteligível) para o plano diretor para criar espaços públicos de lazer adequados, e nós temos que colocar esse indicador em várias regiões. A pior região que nós temos é o Estreito, e daí para cima tem 2 metros quadrados, 3 metros quadrados por habitante. Então, isso acaba sendo uma espécie de mito, como se fosse uma grande coisa essa área, e não é!

Em segundo lugar, eu só queria retificar que o projeto, deputado, não é para parque metropolitano, é para parque comunitário, porque para parque metropolitano precisaríamos ter um raio de 3 quilômetros a 5 quilômetros. Quer dizer, é um parque do entorno à comunidade local, é um parque comunitário. Era só uma retificação.

Um outro ponto é que essa reivindicação não é imediata, é uma luta que já vem há muito tempo. Eu, particularmente, com meus alunos de pesquisa e (ininteligível) na gestão municipal anterior, já critiquei muito a gestão municipal anterior pelo projeto Chico Mendes, que não contemplava áreas de lazer, além daquelas casas que, aparentemente, quem olha de fora parece uma casa de boneca, mas se for ver de perto não cabem famílias lá, porque com três filhos para cima aquelas casinhas já ficam apertadas, como a da Nova Horizonte etc. A prefeita me criticou, mas até hoje eu mantenho essa crítica séria àquilo ali, porque não tem uma área de lazer adequada.

Então isso aí já é um acúmulo de velhas demandas. O projeto Chico Mendes que está ali, que é o Projeto Brasil e o BID, na época do Fernando Henrique Cardoso, já não foi contemplado na sua plenitude, pois que era para ter áreas de lazer, além de usinas de reciclagem, as habitações etc. Isso aí já é o acúmulo de uma história antiga de carência que a região tem.

O projeto é importante, já vinha de longa data e supõe-se que é um projeto de participação comunitária. Nós, na universidade, fizemos um esforço... Bom, tudo de graça, com a minha gasolina, nunca foi pago nada até hoje. Mas essa é uma história de longa data, no silêncio das autoridades, foi um esforço e a comunidade há muito tempo vem reivindicando essa área, que é uma área abandonada. Então, essa é uma história, tem que ser colocado, de muitas noites de reunião. Até que conseguimos, em agosto de 2004, conversar com o governador.

Naquela ocasião já se tinha colocado na mesa e a presidente da Cohab veio com a proposta, deputado (e na época era o terreno todo) de ali desenvolver um projeto habitacional, ali em cima, e nós dissemos: governador, um projeto habitacional vai trazer mais gente para cá, e já não está dando com o que tem! E depois ainda falamos: é importante, porque isso aqui cria uma grande área de inclusão social. Hoje a estratégia do governo federal, inclusive, é trabalhar através de projetos culturais, de áreas de lazer, se quiser atacar o problema da violência, da pobreza, da exclusão, da invisibilidade das comunidades que vivem à margem... Na Rocinha, hoje - nós temos que botar polícia lá -, finalmente acertaram um projeto de inclusão social de equipamentos, da área de emprego, de projetos sociais etc., para as mulheres, para os jovens, ou seja, tem um projeto enorme na Rocinha hoje.

Bom, então na época nós dissemos para o governador: é um grande presente para a cidade você colocar a segunda maior área de concentração de pobreza ali, além do maciço central. Porque a gestão, naquela época, ganhou politicamente com o projeto Chico Mendes, Bom Abrigo. E o governador olhou para nós e disse: bom, dou essa área.

Então a Cohab já tinha uma proposta de projeto habitacional para a área, não era só para vender a área, era para um projeto habitacional. No entanto, naquele momento, ficou com o mesmo problema: estamos endividados porque a gestão anterior não deixou. Aí o governador cedeu a área inteira, sabendo da dívida (ininteligível), e naquele momento se falou - até o Grandão estava ao lado dele, que era assessor: bom, a gente resolve essa (ininteligível) da dívida em outro lugar, nós temos alguns terrenos aí para pagar essa dívida. E a comunidade ficou acreditando nisso.

Aí nós fomos para a emenda, aquela tal emenda que teve o apoio, acho que quase inédito, de toda a bancada catarinense no Congresso, a partir da iniciativa do Mauro Passos. Eu fiz um orçamento de quatro milhões e meio, quero retificar aqui, porque já andaram dizendo que o professor Lino está propondo um milhão e setecentos. Não é isso! Eram quatro milhões e meio para o projeto em 2004, e tem que ser retificado esse orçamento, e a bancada de Santa Catarina no Congresso passou para dez milhões. Esse orçamento eu não assino. Não sei como chegaram ao número mágico de duplicar o orçamento!

Bom, então deu dez milhões. Muito bem! Depois de muita luta lá nessa tramitação chegou-se a um milhão e setecentos (risos), que é um terço do orçamento inicial. Poxa, se conseguisse um milhão e setecentos já seria uma grande... Mas aí se começou a enrolar esse um milhão e setecentos, que é um terço do orçamento que nós tínhamos feito, não a bancada, e isso foi entre o Ministério do Esporte e o Lula. Não sei como foi essa coisa, mas isso rolou e se perdeu. Aí a coisa voltou à estaca zero. Mas na época nós contávamos não com o governador bancar o projeto de construção, mas com essa emenda parlamentar. E a comunidade ficou com o pincel na mão.

Como passou muito tempo, a comunidade cansou, senhor deputado, porque não tinha mais a garantia nem de um milhão e setecentos e tinha lá o terreno vazio. E aí vem a tal placa. A comunidade depois pode me retificar, mas no desespero, com medo de perder a área, ela fez um acordo... Eu, inicialmente, me irritei com ela: que história é essa, ceder 60% da área? O que é isso? Eu, na época, me revolttei, porque o projeto original veio de uma luta! Mas no final, senhor deputado, convenceram-me, e eles vão falar daqui a pouco, de que é melhor ter um terreno com 40% da área, mas com a garantia do projeto de construção, do que ficar com essa área de 21 mil metros quadrados sem nenhuma garantia de projeto de construção, porque aquela emenda lá dançou, está certo? Não temos mais o deputado Mauro Passos e nenhum dos deputados a nos ajudar. A comunidade ficou órfã tanto por parte do governador, que nunca assinou um papel cedendo, ele cedeu na palavra aquele terreno de 21 mil metros quadrados, quanto pela emenda que voou. A comunidade de novo ficou na estaca zero.

Dentro dessa situação eu tive que reconhecer, porque tecnicamente posso readaptar o projeto: não é o que eu gostaria, porque a gente vai ter que colocar o ginásio - até trouxe o CD para poder explicar o projeto para quem não sabe -, vai ter que passar de uma área de 21 mil metros quadrados para 8 mil metros quadrados; toda a parte de oficinas comunitárias está voltada para o BIG, que tinha uma visibilidade e a comunidade está perdendo, pois ele girou em frente ao BIG, no posto de gasolina, ele (projeto) girou para a marginal, vai ter que encolher um pouco essa área; vai perder um campo de futebol suíço e as três quadras polivalentes serão reduzidas a uma.

Agora, tem um detalhe, pois o que o Gallina nos colocou é o seguinte: vocês vão ter 8 mil metros quadrados mas vai ser lá em cima, na área da Polícia Militar; vocês vão ter uma área lá em cima. Bom, então somando a área da Polícia Militar lá em cima mais os 8 mil metros quadrados aqui, nós chegaremos não aos 21 mil metros quadrados, mas aos 15 mil metros quadrados, lá sei eu, o que já melhorou. Agora, na última audiência aquela área já não tem mais.

Então, estamos numa situação recuada em relação àquilo que vocês me falaram naquela vez do acordo. Mas mesmo assim a comunidade, pelo que estou entendendo, como tem a garantia do projeto de construção agora com o Diário, parece também que o prefeito se comprometeu, ela (comunidade) prefere ficar com 40% da área: 8 mil mais os recuos, cuidado, porque se tirar os recuos, de 8 mil cai para sete mil e pouco, está certo? Então, parece que a área vai para 9 mil, quase 10 mil, em relação ao outro lado que vai ficar com 12 mil, que já melhora, vai para 45%.

Então (ininteligível) prefere ficar com os 45% da área, senhor deputado, e com suposta... Não sei, tem que ver agora. O projeto pago, que não é só nosso, é também dos engenheiros, tem que calcular a estrutura, tudo, e a construção. É isso o que a comunidade agora tem na mão. Ao invés de ela ficar com todo o terreno sem garantir o projeto de construção, ela vai ter isso agora.

Bom, então estamos vindo aqui para perguntar ao deputado: a idéia é que se formos lutar, se formos garantir o terreno todo, que eu gostaria que fosse, temos que garantir que a Cohab pague a indenização da outra parte do terreno. Quer dizer, essa dívida que ela está jogando para cima do terreno novamente e o projeto de construção. Nós temos três problemas: como pagar essa dívida do Estado; como garantir o projeto - porque isso aqui não é de graça, eu estou aqui, mas tem uma equipe de técnicos por trás de mim que vou ter que pagar; e a construção. Entenderam? Então, esse é o nosso problema.

Agora, quero colocar aqui que independentemente de qualquer iniciativa, já conversei com a sua assessoria, parece que o senhor já acompanhou um pouco o processo, acho meritória esta audiência pública para tornar público esse compromisso, porque até agora a comunidade só ficou com o Gallina e o Gallina com a comunidade, não sei disso, nunca mais ouvi falar do governador. Sem nenhuma garantia, agora é visível...

Não sei se está sendo gravado, mas tem que gravar isso aqui! É pena que não está sendo televisionado... (Manifestação da plenária. Inaudível.) Ah, está sendo gravado aqui. Então isso tem que ficar claro, não sei se o Ministério Público está aqui presente... (Palmas.) Porque audiência pública é uma conquista da comunidade, da sociedade do nosso país. No plano diretor se faz audiência pública, e esta é uma forma de deixar visíveis os compromissos (ininteligível) do gabinete pelo lado de fora, não.

Nós temos uma ata, não sei se a Melita vai ler, na qual colocamos tudo isso, todos os compromissos estão lá. Mesmo assim a gente pergunta para a Melita: será que vai segurar esse troço, estou preocupado. Depois que vendeu a área do lado de lá, os treze mil, os doze mil, depois que causou problema financeiro do Estado, como fica o lado de cá? Não sei, não tem garantia, não dá para confiar nos políticos hoje, sinto muito.

Então esta audiência pública é importante para marcar o compromisso, diante até do Ministério Público, que já está aqui presente, ou levar essa fita para o Ministério Público federal e estadual, para marcar esse compromisso, qualquer que seja o compromisso. Esse já é um grande mérito que o senhor está conseguindo, deputado, independentemente do resultado que saia daqui.

Essa é a minha contribuição, mas eu acho que já está na hora, já são cinco anos, mais os anteriores, então já são oito anos mais ou menos, já passaram três gestões da Carmocris e essa novela não desata. Agora, eu peço à comunidade que não se divida, porque uma parte da comunidade quer um terreno grande e a maioria, pelo que entendi, quer o tal acordo. Mas temos que resolver nesta audiência ou ratificar o acordo e dar algumas amarrações, fazer alguns encaminhamentos em direção ao governador, para que ele cumpra o que ele disse que ia fazer, mas por escrito, um documento por escrito diante do Ministério Público... A senhora Maria Darci acabou de me falar que parece que no dia 31 de março ela se compromete a demarcar o terreno e assinar o acordo. Mas o assinar é tudo! Não é só a demarcação e deu, limpar e tchau! Afinal nós estamos em ano eleitoral.

É essa a minha posição. Eu me estendi um pouco, mas precisava colocar, porque eu acho que essa história merecia uma discussão maior. Eu trouxe aqui o projeto para explicar melhor, porque essa é uma história de longos cinco, seis anos e acho que merecia ser contada com calma.

Na época nós falamos para o governador que essa era uma experiência sobre um trabalho de parceria que, se desse certo, pode servir de referência para outros municípios do Estado, pois ele tem um efeito multiplicador. Essa é a onda atual, tanto que todos os partidos no Fórum Catarinense da Emenda Popular no Congresso foram unânimes: essa é a grande tese de inclusão pela cultura, pela arte e de geração de renda, que é a cooperativa para idosos, para crianças, para gestantes, para pessoas acima de 40 anos baixarem o peso. Precisamos desfrutar daquele visual tendo ao fundo o mar, as montanhas, e convidar as comunidades que estão nas periferias do entorno para que também repliquem esse parque com qualidade, a fim de que desapropriem outras áreas e criem novos parques comunitários, talvez um parque metropolitano, e aí, sim, numa área muito maior do que essa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Agradeço ao professor Lino, que nos abrilhantou com uma bastante instrutiva explicação a respeito desse cenário.

Gostaria de saber se algum representante da Prefeitura de Florianópolis deseja fazer uso da palavra para colocar a posição da prefeitura.

O SR. LUIZ ERNESTO REIS QUARESMA - Boa-noite a todos.

Ao lado de cumprimentar os deputados, as autoridades e as lideranças comunitárias, quero dizer que através do prefeito Dário, da prefeitura e também da Secretaria que represento, nós estamos apoiando totalmente a criação do parque metropolitano da Grande Florianópolis. Nós nos colocamos à disposição para ajudá-los e ser parceiros em tudo que aqui ficar decidido.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Gostaria de pontuar, professor Lino, porque há uma questão com a qual estou me deparando agora. Quando a comunidade me procurou dizendo que estava com medo de que área fosse vendida, porque tinha lá uma placa de "Venda-se", porque o projeto estava esquecido, eu, sem ter participado como o senhor, professor Lino, e outras autoridades tão detidamente das discussões, o que fiz como parlamentar? Vamos fazer um projeto de lei para proibir a venda da área, vamos criar o parque via projeto de lei, pelo menos segura, impede a venda. Inclusive esse contato do governo e até da prefeitura municipal foi posterior, quando esse projeto ganhou a imprensa - acho que talvez tenha contribuído um pouquinho para isso.

Estou aqui, dona Melita, diante da seguinte decisão: quero me associar ao professor Lino, colocar que a minha posição como homem público, como deputado, como amante desta terra e como conhecedor do problema daquela região é que a área seja integralmente garantida. Isso é o ideal, é nisso que acredito. Acho que permitir que uma empresa se aposses daquela área para fazer mais adensamento, mais unidades habitacionais é uma completa loucura, e aí vai haver grande dificuldade na Câmara de Vereadores para a modificação do plano diretor, como já foi colocado aqui.

Agora, houve um contrato entre Prefeitura e governo do Estado estabelecendo essa repartição da área e o compromisso do governador. Então, estou, agora, diante de uma decisão a ser tomada, e quero ouvi-los. Ou damos seqüência ao projeto como está e tento uma audiência com o governador para, ainda, tentar demovê-lo da idéia e relembra-lo dos compromissos assumidos ou amanhã apresento uma emenda, acato o acordo que foi feito e a gente parte para o compromisso. Eu quero ouvi-los para saber que posição devo tomar a partir de amanhã.

Deixo agora a palavra aberta à comunidade.

Com a palavra o senhor Raulino de Gracia, líder comunitário do bairro Promorar.

O SR. RAULINO DE GRACIA - Boa-noite, senhor deputado Cesar Souza, demais autoridades, professor Lino, comunidade e outras lideranças presentes.

Primeiramente quero expor um ponto: conversei com a dona Maria Darci fora do plenário e vou falar bem no brasileiro, na linguagem do povão: para mim, a dona Maria Darci, a princípio, já roeu a corda, porque ela nos pediu 4 metros para fazer uma entrada dessa área que nos foi reservada. Nós cedemos os 4 metros. Porém, ela veio e nos pediu mais 45 metros. Também cedemos, com o acordo de uma compensação no outro lado do terreno.

Então, veja bem, senhor deputado: com 8 mil metros e 73 centímetros, tirando a área de recuo, sobriam exatamente 6.400 metros. Agora ela nos diz aqui, ao vivo, na presença de todos, que realmente são só oito mil e poucos metros. Quer dizer, o acordo feito, documentado... E ela tem o documento, que também foi entregue ao secretário Gallina, informando que haveria essa compensação, que o terreno passaria para 9.404 metros quadrados. Esse está documentado. E quanto a nós aceitarmos essa metragem, nós aceitamos, sim. Por quê? Porque nos foi colocada a seguinte posição: ou vocês aceitam isso ou não terão nada. Essa foi a posição colocada às lideranças.

Então, para que a comunidade não perdesse mais uma área, tivesse um espaço para desenvolver uma atividade que hoje é necessária... Está aí na mídia, comprovado, que realmente tem que haver consciência das autoridades, do Poder Público, no sentido de criar espaços para acolher a juventude, até os 16 anos. Nós lembramos muito bem: quando as crianças tinham ocupação, ajudavam pai e mãe, antes de ser aprovada aquela lei que diz que antes dos 16 anos o jovem não pode trabalhar, não tinha tanta criminalidade. E isso acontece por quê? Porque o jovem não tem onde se amparar, não tem uma área de lazer, não tem onde se desenvolver, não tem ocupação. Faltam escolas, muitos estão sem estudar porque não tem vaga.

Então, esse projeto que aí está, como um todo, seria uma das grandes salvações para a maioria da juventude dessa região. Vejam: 40% dos jovens desocupados são ali do Monte Cristo e do entorno. Então, se reduzirmos ali para menos da metade, reduzir pavilhão, teatro, quadra, campo, cinema, tudo isso, deixar mais uma parte para edificar mais um prédio, mais um shopping, seja lá o que for, estaremos apertando ainda mais a comunidade, que ficará onde está, na marginalidade, e não será ouvida, será difamada ainda mais.

Eu também estou de pleno acordo que teríamos que ter toda a área. Essa foi a palavra do excelentíssimo senhor governador do Estado, Luiz Henrique. Ele nos cedeu essa área completa, inclusive, chegou a ordenar à dona Maria Darci que arrumasse outro terreno para vender, porque esse era da comunidade. E agora vem essa bomba em cima da comunidade, a venda desse terreno! Então, para não perdermos tudo, através da pressão concordamos com essa metragem, mas construída, com a aplicação da verba na construção, no terreno, na infraestrutura, com ela totalmente pronta. Por isso é que nós concordamos. Mas agora a dona Maria Darci vem aqui publicamente dizer: "Não, são oito mil metros quadrados". Então, ela já está fugindo do que está no documento, que ela também tem. Lá fora, eu disse a ela que olhasse o documento que tem e que pedisse ao secretário Gallina que também olhasse o documento que entregamos a ele. Todas as lideranças estão presentes aqui e podem confirmar, porque cada um deles tem o mesmo documento.

Essa é a minha posição. Acho que realmente temos que pensar. Vamos nos reunir com ela e com o secretário, como sempre fizemos. Cada vez que fomos chamados, fomos que nem um cordeirinho, mas acho que basta. Chega de sermos cordeirinhos, acho que temos que virar leões.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Eu peço que utilizem bem o tempo, porque nós só podemos ir até as 8h45min, até em respeito ao pessoal da Casa. Então, que sejam bem sucintos para que todos possam dar a sua opinião.

O SR. LUIZ GONZAGA DEMÉTRIO - Quero dizer que estou participando desse projeto desde o início. Sou vice-presidente do Carmocris, Conselho das Associações, através do qual chegamos a esse entendimento com o governador e a Maria Darci. Só que eu nunca aceitei pressão.

Nas discussões que tivemos lá com as autoridades que se propuseram a nos ajudar naquela época, quando eu concordei... Nesses momentos, poucas autoridades entram na favela - o vereador mostrou a nossa posição, realmente nós somos humildes. Na hora de discutir os grandes problemas, não se vê um deputado, não se vê um vereador, não se vê ninguém. Então, são muitas horas de reunião, muito tempo, a gente fica até meia-noite discutindo. Temos a parceria do nosso amigo, o professor Lino, que sempre está nos apoiando, do pessoal da Ufeco.

Em relação à questão da pressão, não é bem assim. Nós não aceitamos. Somos uma comunidade organizada, temos o Carmocris nos representando.

Deputado, até o momento nós temos oito mil metros construídos. Nós precisamos da outra parte, é verdade, precisamos muito, o jovem precisa do campo de futebol, mas tenho medo, porque já faz mais de dez anos que aquele terreno está lá servindo para animais, para cavalos, o mato crescendo, as pessoas sendo ameaçadas. É isso que a gente está vivendo esses anos todos. O meu medo é que isso se arraste por mais cinco anos, seis anos, e a comunidade está precisando de geração de renda, está precisando mostrar o seu trabalho, o artesanato, estamos precisando de uma área construída para que os projetos sejam realizados.

Nós precisamos dessa área no todo, mas acho que deveríamos iniciar essa construção e lutar pela outra parte em seguida. O meu medo é que a comunidade fique mais cinco ou seis anos com aquele terreno da maneira que está.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Antes de continuar, quero fazer uma sugestão. É complicado colocarmos a comunidade nessa posição: ou aceita como está ou perde tudo. Acho que a comunidade já foi muito enrolada com essa história. Ela não pode ser deixada sozinha. Então, sugiro aqui que se aceite a proposta como está. Agora, pessoalmente, comprometo-me a continuar batalhando pelo resto da área - acho que estará comigo o professor Lino. Fica como está, aceita, assina, lança no dia 31, não tem problema. Agora, tenho certeza de que a Cohab vai ter muita dificuldade para vender essa área, muita dificuldade para mudar o plano diretor.

Então, que a comunidade aceite como está - não sei se vocês concordam comigo. Vamos lá! Toquem em frente! Vamos fazer a obra! Mas nós, aqui do outro lado, como parlamentar, juntamente com o Lino, temos que trabalhar para não deixar perder o resto, e aí a culpa não será da comunidade (palmas), será do professor Lino e do deputado Cesar, que estarão incomodando.

Então, a comunidade aceita a coisa como está colocada e começam as obras de uma vez, porque ninguém aguenta mais, e aí a gente tenta demover da idéia da venda da área. É a sugestão que faço a vocês.

O SR. DIRCEU ANTÔNIO DA SILVA - Deputado, boa-noite. A comunidade agradece por esta audiência e pelo apoio do professor Lino. Só que a gente quer que tenha um acompanhamento dessas obras. O professor Lino sabe da dificuldade que temos. Primeiro, passaram a obra toda pronta para nós, os 8 mil metros prontos. Agora, essa obra vai ser parcial. A gente quer o teu acompanhamento; a gente até fica feliz que tu pegues essa bandeira, que lutes pelo terreno todo, mas, assim: a gente aceita os 8 mil metros construídos para poder continuar esse trabalho nas comunidades, mas que se brigue pelo outro pedaço, uma briga lá na frente. A gente sabe que é uma briga muito grande, e a comunidade aceitou essa briga porque não tinha opção: ou aceitava ou perdia. Nós já estamos cansados; nós não temos uma representatividade grande, e é complicado quando não tem pessoas para representar a comunidade. Sem apoio, aceitamos isso para não perder.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Por favor, dois minutinhos, no máximo, para que todos tenham a oportunidade de fazer uso da palavra.

O SR. JEAN FÁBIO NASCIMENTO - Deputado, eu não moro no Monte Cristo, mas tenho vários amigos e família que moram lá.

Eu acho que o governo do Estado faz tudo muito na (ininteligível). Se aqui é pior, lá é pior ainda. Acho que foram lá em Bogotá ou em algum outro lugar para ver como a polícia trabalha para reprimir. Por que não foram lá para ver como se trabalha nos morros, com parques comunitários, para diminuir a criminalidade? Se a gente tem que se espelhar, vamos nos espelhar no bem, não no mal, não levar policiais para lá para ver como se resolve a parada da criminalidade, se resolve com um parque desses que estão querendo fazer. E não querem dar os vinte e dois mil hectares que são do povo, entendeu? Dá para fazer o quê? Com oito mil, como disse o Lino Peres, que é um grande arquiteto, fazer do jeito que está sendo feito ali, pela metade, para quê? Com tantos jovens morrendo ali, as outras áreas não fazer o quê? Construir cemitério? (palmas) Vamos construir cemitérios nas outras partes, pelo número de pessoas, de jovens que estão morrendo ali!

Em relação ao que está acontecendo, dos 22 mil que estão faltando, acho bom o projeto do senhor, como está colocado aqui na Assembléia. É um bom projeto, mas temos que saber como isso vai ser articulado. É como dizem: mais vale um pássaro na mão do que dois voando. Mas é um bom projeto, só que aí a comunidade, se quiser os 22 mil, como o projeto do Cesar Souza Júnior está querendo, que é um projeto louvável, vai ter que vir aqui fazer barulho, pressionar todos os deputados da base do governo para votarem a favor. A comunidade vai ter que se unir e fazer isso. Senão, vai ter que se contentar com os oito mil, que acho que não é o que ela necessita, é bem mais. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - A palavra continua aberta.

O SR. JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA (GÃO) - Sou da comunidade da Ponta do Leal. No momento, não tenho muito a ver com essa situação, mas no futuro a intenção da Prefeitura é realocar a minha comunidade para uma dessas áreas: Santa Terezinha I e Santa Terezinha II.

Parabenizo o deputado, que ainda conhecia, e o Lino, que é um grande guerreiro.

Vejo que a história tem que ser feita assim: iniciou de uma forma, tem que acabar daquela forma. O povo tem que se unir. E digo isso por experiência própria. Estamos há três anos lutando pela realocação da minha comunidade, para que fique unida, e até agora ninguém chegou a acordo nenhum. Mas a gente não perdeu! Não importa se levar cinco anos, dez anos, o importante é não perder, porque a história não fala dos perdedores, só fala dos vencedores. Ela não fala dos covardes, só fala de quem lutou realmente. E o povo não é covarde! O povo é valente! O que falta para o povo é um pouco de entendimento. O que mais acontece nas comunidades vencedoras é a união. Eu digo para vocês, de certeza: se vocês abrirem mão dos 8 mil metros que estão para ser passados, por mais que o deputado tenha boa-fé, por mais que o Lino seja quem é, não vão conseguir deter o resto das construções. Vocês vão perder o resto. Podem apostar o que vocês quiserem, vocês vão perder.

Digo uma coisa para vocês: um fio de cabelo numa cabeça não é nada, podem ter certeza, mas um fio de cabelo numa sopa, meu irmão, fecha muito restaurante! O povo pode ser visto como um fio de cabelo, mas unido consegue muita coisa. Não cedam, porque no futuro a minha comunidade vai para lá e vocês vão ter mais um para brigar. Eu sou bom de queda, gosto disso aí, de fazer valer a voz do povo, que o povo seja reconhecido pelas suas idéias.

Deputado, o senhor sabe que o poder emana do povo. A lei é feita em cima das necessidades do povo. E ser feita em cima das necessidades do povo, é o que ele deseja. Se o povo deseja 21 mil metros, tem que ser isso aí. Não tem que renegociar, não tem que fazer nada. Levou dez anos? Que leve vinte, não interessa! Por maior que seja o tempo, mas que a gente ganhe. A história vai contar depois. Nós podemos não participar dessa história, mas, no futuro, os nossos filhos vão participar.

O que eu tenho para dizer a vocês é o seguinte: não cedam e não se desunam. Fiquem juntos, porque é somente dessa forma é que vocês vão ganhar, senão vão perder. Se a desunião desse futuro, o leão não conseguiria pegar a zebra. Ele só consegue pegá-la porque ela separa da turma. O povo tem que ficar unido para o que quer. Se vocês não agirem assim, vão perder o que estão querendo. Por mais que o deputado diga que vai assumir o resto, os 12 mil, não adianta, vocês vão perder, porque ele é um e o Lino é outro. O povo unido não tem como perder. Escutem o que eu estou dizendo, é real: só a união vai fazer vocês vencerem.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Vamos ouvir a última participação da plateia e depois ouvir o professor Lino e a Melita, em respeito aos nossos colaboradores da Assembléia.

Peço uma salva de palmas ao pessoal da Assembléia que está até esta hora conosco anotando as informações. (Palmas.)

O SR. FLÁVIO DE SOUZA - Boa-noite a todos. Sou dirigente esportivo, fui convidado pelo amigo Badeko. Vou ser sucinto, não vou nem entrar nos critérios que o professor Lino já falou de inclusão social. Acho que a melhor e a mais barata ferramenta para o Poder Público fazer a inclusão e combater a violência é o esporte. Poderia entrar na arte, na cultura, mas vou defender aqui a nossa bandeira, o esporte. Estão aqui, além de mim, mais dois exemplos: o Carlos Eduardo, que é assessor do secretário, e o Badeko.

Se vocês perceberem, dentro do condomínio Panorama tem uma quadra de esporte pequena. Ali, deputado, é o seleiro de craques do nosso futebol. O Carlos Eduardo, o Badeko e eu já usamos *n* moleques, garotos, homens, pais de família para disputar campeonato amador. Ali tem jogadores profissionais, jogadores de futebol de salão, jogadores de basquete - mesmo não tendo nenhum espaço, professor Lino, ali já se criou muita gente boa, muita gente que não foi para a droga, não foi para o serviço do tráfico, não foi assaltar, não foi roubar. É claro que é uma região contaminada por esses aspectos, mas se nesse pequeno espaço, numa quadrinha de futebol, conseguimos salvar inúmeras pessoas, imaginem se tivéssemos acesso a uma área dessas para fazer o fomento dessas pessoas!

Então, deputado, o senhor e o deputado Hinnig, que fazem parte da base do governo, por favor, peguem essa luta.

Eu moro em Capoeiras, sou vizinho, moro bem próximo da área onde foram retiradas aquelas famílias, que é o projeto Bom Abrigo, e foram colocadas lá no Abraão. Há uma frase de um dos moradores: não basta tirar o homem da favela e, sim, tirar a favela do homem. É uma área que está abandonada, não tem ninguém, não tem nada, não tem esporte, não tem quadra, não tem lazer.

Então, pessoal da comunidade, não percam essa luta, não desistam desse espaço, que, como disse o professor Lino, é pequeno perto da população daquela região, mas é muito importante que tenha um campo de futebol - outra idéia, professor Lino, é que se tenha uma pista de atletismo, pois o futebol e o atletismo são esportes baratos.

Não desistam da luta!

Gostaria que o deputado Renato e o deputado Cesar Souza comprassem e levassem à frente essa luta, porque não é só para a comunidade do Monte Cristo, mas também para as comunidades de Capoeiras e Vila São João.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Com a palavra o Badeko.

O SR. MARCOS AURÉLIO ESPÍNDOLA (Badeko) - Boa-noite, deputado Renato, deputado Cesar Souza Júnior, demais integrantes da mesa, representantes e membros da comunidade.

Quero deixar bem claro que nós, os Filhos da Lua, única agremiação carnavalesca que tem no bairro, temos um projeto com 298 crianças.

Hoje, a maior estrutura que nós temos é dentro do Panorama, que não está mais suportando a quantidade de crianças que vem do entorno da comunidade. Temos também a Chico Mendes, outro local em que desempenhamos o nosso trabalho.

Quanto aos 40% da área, o que querem nos dar, a minha posição, a posição dos Filhos da Lua, é que tenhamos 100% dessa área, devido ao que o nosso amigo falou, porque o Monte Cristo é um celeiro de excelentes jogadores. Queremos citar aqui o Willian, que hoje está jogando na Malwee, o Eduardo Costa e o Anderson. São três jogadores que hoje o mundo inteiro conhece.

Então, acredito que se tivermos espaço para área esportiva, musical ou qualquer outra área cultural, tenho certeza de que o nosso bairro vai melhorar em todos os sentidos. Por quê? Por que a criminalidade lá dentro está grande, é demais! Sabemos que diminuiu muito o índice de criminalidade, mas precisamos reduzir cada vez mais.

Então, eu peço que a nossa comunidade se una. Vamos atrás do que é nosso: todo o espaço!

Vamos deixar os outros 60% para o senhor correr atrás, deputado, mas, de qualquer maneira, vamos pegar os 40%, senão, pode ser até que nos tirem. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Com a palavra o senhor Marcos Pinar, diretor regional da Ufec.

O SR. MARCOS PINAR - Quero dizer que a Ufec está acompanhando essa luta do Parque Metropolitano. Não vou contar toda a história, porque o Lino já contou, só quero citar o que aconteceu depois da placa de "vende-se". Quando nós vimos a placa de "vende-se", começamos a fazer reuniões. O deputado Padre Pedro fez uma audiência na região. Depois disso, aconteceu uma coisa interessante - existem algumas coincidências, vou acreditar em coincidência: o secretário nos chamou para uma reunião logo em seguida, um pouquinho antes; depois teve a presença muito importante (o vereador Ptolomeu acompanhou) da Câmara itinerante do Continente (a comunidade ficou muito tempo sem um momento de luta, mas nesses seis meses lutamos tudo o que tínhamos direito); e no dia 7 de dezembro o secretário Gallina nos chamou outra vez para outra reunião, quando falou dos 8 mil metros construídos - para a gente lembrar, não tinha outra hipótese para a comunidade, foi o que o Raulino falou: ou aceitamos isso ou perdemos tudo, e aí a comunidade ficou acuada, o Cláudio também estava lá, até foi contrária a posição dele, mas a comunidade achou melhor garantir esses oito mil metros quadrados.

Então, esperamos todo esse tempo, e como ia acontecer esta audiência pública, o secretário Gallina nos chamou uma semana antes de novo - é uma pequena coincidência, mas é uma coincidência! E aí o que aconteceu? Foi feito o acordo dos oito mil metros quadrados, já com essa história.

Temos a condição de entender que é uma ACI. Então, essa é a nossa intenção. Se vamos garantir os oito mil metros quadrados, não significa que vamos sossegar depois em relação ao resto do terreno.

Acho que temos que continuar a luta, defendendo que seja uma ACI, que seja construído e, ao mesmo tempo, contar com todo esse apoio, porque se pararmos com a mobilização o que acontece? Morre toda a história de novo! Se continuarmos unidos, fortes, com mais pessoas nos apoiando, teremos mais chance de conquistar.

Então, a Ufec quer deixar claro que vai estar com a comunidade, seja qual for a sua decisão.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Com a palavra a dona Melita.

A SRA. MELITA MARIA MARQUES - Acho que o pessoal já falou tudo.

Quero dizer que não fui eu, Melita, que fui lá negociar os oito mil metros quadrados com os companheiros. A gente não tinha mais como correr atrás, estávamos sem apoio, tanto que na festa do Badeko, das crianças, encontrei o Cesar Souza Júnior e pedi ajuda.

Então, não fui eu, Melita, que escolhi os oito mil metros quadrados. Acho que dei a palavra dos oito mil metros quadrados... Nós fomos procurados esta semana de novo por causa da audiência pública e eles nos disseram que já tínhamos concordado com os oito mil metros quadrados.

Tínhamos concordado porque não tinha outra coisa! Acho que a gente merece e precisa de toda a área, porque somos em muitas pessoas. Oito mil metros quadrados não são suficientes, mas é o que temos no momento.

A Cohab tinha o terreno, que estava empenhado. O advogado da Ufec correu atrás para que a Cohab pagasse a primeira parcela do terreno porque corríamos o risco de perder tudo, e aí ficamos com os oito mil metros quadrados de área construída, sem recuo, como disse o senhor Lino.

Boa-noite a todos.

Muita obrigada pelo apoio, Cesar Souza Júnior. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Com a palavra o professor Lino Peres.

O SR. LINO PERES - Senhoras e senhores, primeiramente gostaria de deixar claro que a marcação não é de 8 mil metros quadrados e, sim, de 9.400 mil metros quadrados. É essa a demarcação, está certo?

Em segundo lugar, temos que conseguir assinado o orçamento completo, ou seja, o orçamento para essa área de 9.400 mil metros quadrados, incluindo os projetos arquitetônicos e complementares, mais a obra até o fim.

O que aconteceu, deputado, é que já vieram com uma história... O Gallina falou assim: "Qual é a parte inicial de grana? Diz aí! Não, quanto!" O que é isso?! Quer dizer, podemos fazer em etapas. Mas não vai ficar na primeira etapa, porque também tem outro perigo nisso aí. Então, temos que conseguir uma assinatura para o orçamento completo. Temos que rever o orçamento. Vamos supor que seja de quatro milhões. São quatro milhões! Vamos fazer a primeira etapa com 1 milhão ou 900 mil. O resto, fica para depois. É isso que temos que garantir.

Terceiro aspecto: o campo de futebol que estamos perdendo vai para onde? Ai entra uma ação, deputado... Se não na Polícia Militar, onde? Na época eles disseram que era na Polícia Militar e agora não é bem assim. O Gallina já desmentiu a questão. Então, nós temos que lutar por essa área complementar.

Em quarto lugar, eu quero saber o seguinte: supondo que não se consiga a outra área, que acho que a outra área tem que ser compatível... Observem bem: o lado de cá, uma área bonita, um ginásio, e o lado de lá o que vai ser? Vai ser uma fábrica? Como é isso? Então, tem que ser uma coisa compatível com a região.

Nós temos também que discutir isso, deputado. Mesmo que não se consiga, queremos saber que tipo de atividade vai ter lá, que gere renda para a comunidade, empregue mão-de-obra local. Até podemos negociar com empresários uma parte da área, ceder uma parte, mas uma coisa compatível com a região, porque senão fica uma coisa assim: água e óleo. Senão eles botam um muro de dois, três metros de altura, um paredão. Nós temos que conversar, botar o dedo do outro lado. A Maria Darci, a Cohab, não quer saber disso aí. "Ah, eu não sei". Não sei o quê?! A coisa está hermética do lado de lá! Então, eu também quero saber o que vai ser construído do lado de lá.

Então, que nós pudéssemos garantir um acordo assinado e que o deputado pudesse estar presente, o Ministério Público pudesse estar presente, ter essa assinatura de todo o projeto e uma outra parte, a primeira etapa. Ai tudo bem. Eu estou preocupado em ficar com a primeira etapa, com os 800 mil, por exemplo, e os três milhões voarem novamente.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (deputado Cesar Souza Júnior) - Gente, quero deixar bem claro que a minha iniciativa é no sentido de tentar contribuir, de tentar ajudar. Acho que esta foi uma audiência muito proveitosa. Isto é a essência do Parlamento: ouvir as pessoas de maneira aberta, sem censura. Quem quis falar, pegou o microfone e falou.

Sobre o encaminhamento, acho que a gente sai pelo menos com a coisa mais organizada. A comunidade, então, vai aceitar que se inicie em cima 9.400 metros, arrancando o compromisso ferrenho de que a obra vai ser iniciada. Tudo bem, melhor um pássaro na mão do que dois voando. Agora, eu não quero que a gente encare isso aqui como a conquista dos 9.400 e a perda dos outros 12.000. Que se aceite o que está se propondo agora, que é o início das obras, mas que não se desmobilize a luta, a briga, pelos próximos 12.000 metros.

Dois coisas: eu acho que vai ser muito difícil alterar o plano diretor naquela área, uma área que já está muito adensada. Sei que o Gão está meio agoniado, porque queria que a briga continuasse, mas a gente tem que agir aqui conforme o que a maioria decidiu.

[O senhor João Luiz de Oliveira (Gão) manifesta-se fora do microfone: "É a essência do povo, deputado!"]

Fique calmo, nós vamos continuar nessa briga. E tenho certeza de que não vou continuar nela sozinho. Eu acho que a gente tem que caminhar. Vamos agora arrancar esse compromisso, mas tentar ainda demover essa idéia de passar para a iniciativa privada uma área que é pública numa área tão carente. Imagine, por exemplo, a situação da Vila Aparecida, ali perto do Monte Cristo. A Vila Aparecida também não tem nada, mas ali não tem nem terreno para ter alguma coisa. O terreno que tem, grandão, é privado. No futuro, certamente, vão ter que desapropriar parte daquela área, que é uma área de muita carência.

Vocês já foram enganados e enrolados por muito tempo. Então, tudo bem, arranco o compromisso agora, mas a gente permanece na luta, na briga, que é a briga para não permitir a negociação da outra parte.

Quero agradecer a todos pela presença. O pessoal deixou de ver a novela, deixou de ficar em casa para estar aqui com a gente. Isso nos honra muito.

Com certeza, professor Lino, nós vamos dar sequência a esse assunto, tanto que procurei conduzir os trabalhos com equilíbrio, ouvindo todo mundo. Agora já sei como conduzir. A gente vai dar sequência, e quero que a nossa próxima conversa seja lá dentro, lá na comunidade. Está certo? Então, na Cohab amanhã.

Muito obrigado.

Boa-noite a todos. (Palmas.)

(Está encerrada a audiência pública.)

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR

PRESIDENTE

*** X X X ***

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1651ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1651ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. Ao iniciar os trabalhos o Senhor Presidente deu conhecimento ao Colegiado do ofício recebido do Deputado Vaz de Lima - Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo "encaminhou cópias das reportagens da Decisão do STF relativa à Lei nº 12.684/07. 1) Em regime de vista: Comunicação Interna nº

067/07 de 31/03/08, Interessado: Diretor Geral da ALESC "Análise Jurídica referente ao pedido e proposta do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE", aprovado parecer por unanimidade do relator, com aditamento do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior. 2) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0980/08, de Patrícia Paula Sabadini Miotto e Processo nº 0933/08, de Ângela Maria Oliveira Pederneiras. 3) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0974/08, de Hildo Tramontin. 4) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Secon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0839/08, de Zenaide Meyer; Processo nº 0926/08, de Leonardo da Silva Luiz e Consulta CL nº 226/08 de 13/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato celebrado com a Empresa Projeto". 5) Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0973/08, de João Fúlvio Furtado Vieira. 6) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0979/08, de Jackson Ferreira e Consulta CL nº 230/08 de 17/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato celebrado com a Empresa E-BIZ - conversão de documentos para forma digital". 7) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, retirado de pauta com pedido de vista do Dr. José Carlos da Silveira, o Processo nº 0932/08, de Ângela Maria Oliveira Pederneiras; continuando, aprovados pareceres por unanimidade pelo indeferimento aos processos: Processo nº 0769/08, de Orlando Ivan Matos e Processo nº 0961/08, de José Lamin Neto. 8) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0975/08, de Altair Santos de Aguiar e Consulta CL nº 233/08 de 17/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo Aditivo ao Contrato celebrado com a Empresa SHS - Agenciamento de Software Ltda.", e retirado de pauta com pedido de vista do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, o Processo nº 0537/08, de Claudir José Martins. 9) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0976/08, de Edna Rosalina Schumacher; Processo nº 0977/08, de Clayton Ávila Alves; Processo nº 0907/08, de Valéria Maria Buss; Consulta CL nº 235/08 de 18/06/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Contrato celebrado com a Empresa Design Móveis e Decorações Ltda.", e retirado de pauta pelo relator o Processo nº 0833/08, de Erádio Manoel Gonçalves. 10) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0978/08, de Fabiano Augusto Fernandes Krieger; Processo nº 0913/08, de Maria Angélica da Silva Ponciano e Consulta CL nº 231/08 de 17/06/08, Interessado: Coordenadoria de Licitações "Edital de Pregão - aquisição de SWITCHER de Vídeo". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia dois (02) de julho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 25 de junho de 2008.

*** X X X ***

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2008.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE SOFTWARE E HARDWARE (APPLIANCE) DE ANTISPAM E ANTIVÍRUS PARA SERVIDOR DE CORREIO ELETRÔNICO, PARA 600 LICENÇAS, POR NO MÍNIMO 3 ANOS, COM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO BÁSICO E SUPORTE TÉCNICO.

DATA: 17/07/2008 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 17 de julho de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032 no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 03 de julho de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2008.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 100 (CEM) LICENÇAS PARA BANCO DE DADOS CACHE ELITE VERSÃO 5.2 WIN 32 BITS.

DATA: 16/07/2008 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 16 de julho de 2008. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 032 no Anexo da ALESC e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br). Florianópolis, 03 de julho de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 080/2008

REFERENTE: Convênio CL n.º 002/2008-00, celebrado em 03/04/2008.

1º COOPERADO: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

2º COOPERADO: Centro de Idiomas Gama D'Èça - CCI

OBJETO: proporcionar aos servidores e dependentes da ALESC e, seus respectivos familiares, cursos de língua inglesa, nas diversas unidades do CCI, beneficiando-se de condições e vantagens conforme se estabelece neste ajuste.

PRAZO: 03/04/2008 a 31/12/2012.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 116 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; e autorização administrativa.

Florianópolis, 03 de abril de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente da ALESC
Glafir Otávio de Souza Nogueira - Diretor do CCI

*** X X X ***

Extrato Nº 081/2008

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 016/2008, celebrado em 31/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Design Móveis E Decoração Ltda.

OBJETO: proceder alterações qualitativas e quantitativas ao objeto do Contrato original.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.113,00 (dez mil, cento e treze reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65 I, "a" e "b" e § 1º da Lei n.º 8.666/93;

Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato original; e Autorização Administrativa.

Florianópolis, 18 de junho de 2008.

Deputado Júlio Garcia - Presidente ALESC

Pedro Manoel Filho - HELIOPRINT

*** X X X ***

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 195/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 657

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES
DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Planejamento, o projeto de lei que "Aprova a lateração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011 e autoriza a abertura de crédito especial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça".

Florianópolis, 01 de julho de 2008

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

Governador do Estado, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 02/07/08

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

EM Nº 297/2008

Florianópolis, 30 de junho de 2008

Excelentíssimo Senhor

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

Governador do Estado, em exercício

Nesta

Senhor Governador,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei que objetiva a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008/2011 e obter autorização legislativa para a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, no montante de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

2. A alteração do Plano Plurianual torna-se necessária para adequar a programação Físico-Financeira, em decorrência da inclusão da Subação Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville-TJ, no Fundo de Reaparelhamento da Justiça, conforme o quadro abaixo.

EM R\$ 1,00

PROGRAMA/SUBAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR
0970 - INFRA-ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO				
009279 - Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville - TJ	M²	3.460	OGE	4.000.000

3. A abertura de crédito especial torna-se necessário para dar início as obras de reforma do antigo Fórum da Comarca de Joinville.

4. Para efetuar a suplementação pretendida serão utilizados os recursos provenientes do excesso de arrecadação do orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, vinculado ao Contrato nº 53/2008, de prestação de serviços financeiros e outras avenças que celebram entre si o Estado de Santa Catarina por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça e o Banco do Brasil S.A.

5. Desta forma, observa-se o que dispõem os artigos 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

6. Assim, por se tratar de matéria importante para a infraestrutura do judiciário, sugerimos a Vossa Excelência a remessa de mensagem acompanhada de projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado, na forma em que se encontra redigida a proposição.

Respeitosamente,

Altair Guidi

Secretário de Estado do Planejamento

PROGRAMA/SUBAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	FF	VALOR
0970 - INFRA-ESTRUTURA DO JUDICIÁRIO				
009279 - Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville - TJ	M²	3.460	OGE	4.000.000

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em favor do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, por conta do excesso de arrecadação do orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, vinculado ao

03000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

03091 - FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA

Atividade Reforma do Prédio do Antigo Fórum de Joinville - TJ

Código 03091.02.061.0970.0263 P 009279

Produto Fórum Reformado

4. DESPESAS DE CAPITAL

4.4. INVESTIMENTOS

4.4.90. Aplicações Diretas

4.4.90.51.00 (0198) Obras e Instalações

R\$ 3.000.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

FRANCISCO JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA FILHO

Governador do Estado, em exercício

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 1291, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **JAMES DA SILVA**, matrícula nº 5383, do cargo de Assessor de Deputado da Mesa, código PL/GAM-23, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (1º Vice-Presidência).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1292, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **SEBASTIAO DA SILVA CAMARGO**, matrícula nº 4735, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-20, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jailson Lima).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1293, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **TARCISIO KOCH**, matrícula nº 5326, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Comissão de Legislação Participativa).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº PL/0195.5/

Aprova a alteração da Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011 e autoriza a abertura de crédito especial do Fundo de Reaparelhamento da Justiça.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual 2008-2011, constante do Anexo Único da Lei nº 14.359, de 21 de janeiro de 2008, conforme a programação a seguir especificada:

PLANO PLURIANUAL 2008-2011

PROGRAMAÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA

R\$ 1,00

contrato nº 53/2008, contrato de prestação de serviços financeiros e outras avenças que celebram entre si o Estado de Santa Catarina, por intermédio do Poder Judiciário - Tribunal de Justiça, e o Banco do Brasil S.A., visando ao atendimento da programação a seguir especificada:

PORTARIA Nº 1294, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **ADRIANA BACK KOERICH**, matrícula nº 5201, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-40, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1295, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR ADRIANA BACK KOERICH, matrícula nº 5201 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1296, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **THIAGO BACK NEVES**, matrícula nº 5629, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1297, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

NOMEAR **THIAGO BACK NEVES**, matrícula nº 5629 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1298, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 027/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1332	Helio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1299, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 028/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
1332	Helio Estefano Becker Filho	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1300, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR a servidora **RITA DE CASSIA DOS SANTOS**, matrícula nº 1262, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-43, na Diretoria de Recursos Humanos.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1301, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
0323	Maria do Rocio Barreto da Silva	60	27/06/08	1105/08
1849	Ione Terezinha Reis de Melo	30	03/07/08	1106/08

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1302, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1045/08,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **PAULO JOSE ROSA**, matrícula nº 1355, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 36% (trinta e seis por cento), a contar de 26/06/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1303, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR, a pedido, o servidor **EVERTON WAN DALL ALVES**, matrícula nº 5340, do cargo de Assessor de Liderança, código PL/GAL-49, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 04 de julho de 2008 (Liderança do PDT).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1304, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ALCIDES SERPA**, matrícula nº 5713, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1305, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **FARLEY DOS SANTOS PAIVA**, matrícula nº 5301, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Cezar Joao Cim).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1306, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **GLADIS SARVALAIO**, matrícula nº 5146, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-56, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 1307, de 03/07/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR a servidora **JULIANE ABEL BARCHINSKI**, matrícula nº 5624, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-24, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de julho de 2008 (Deputado Clesio Salvaro).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***